



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO DE CONVITE Nº , DE 2011.
(Do Sr. Mendonça Filho)

Convida o Sr. **Ezequiel Nascimento**, ex-secretário de Políticas Pública de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego (TEM), a fim de prestar esclarecimento acerca de supostos atos irregulares praticados no âmbito daquele Ministério, em especial os relacionados a convênios firmados por aquela Pasta ministerial.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal e na forma do art. 24, VII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja convidado a comparecer, perante esta Comissão, o Sr. **Ezequiel Nascimento**, ex-secretário de Políticas Pública de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego (TEM), em data a ser agendada, a fim de prestar esclarecimento acerca de supostos atos irregulares praticados no âmbito daquele Ministério, em especial os relacionados a convênios firmados por aquela Pasta ministerial.

JUSTIFICAÇÃO

Matéria publicada pela Revista Veja - edição nº 2242, de 9 nov 2011 – noticiou esquema de desvio de verbas públicas envolvendo organismos não-governamentais. O escândalo surgiu, desta vez, dentro da estrutura do Ministério



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

do Trabalho e Emprego, o que já implicou, de imediato, a demissão, pelo Ministro Carlos Lupi, do Coordenador-Geral de Qualificação daquele Ministério, Sr. Anderson Alexandre dos Santos.

De toda forma, a corrupção não se encerrou com essa demissão. Convocado a se esclarecer no Congresso Nacional, o Ministro negou envolvimento nesse escândalo envolvendo convênios firmado com organismos não-governamentais, como também negou conhecer “peças” desse esquema, como o Sr. Adair Antonio de Freitas Meira – dirigente da Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração e da Fundação Pró-Cerrado –, que têm mais de 18 milhões de reais em contratos ativos com o Ministério do Trabalho e Emprego e, atualmente, é alvo de investigação em face da malversação dessas verbas.

Já a edição nº 2243, de 16 nov 2011, veio para desmentir o Sr. Ministro. A matéria noticia a agenda política do Ministro, no Maranhão, em 13 de novembro de 2009. Naquele evento oficial estiveram presentes o Ministro Lupi, o ex-governador do Maranhão Jackson Lago, o então secretário de Políticas Públicas de Emprego do MTE, Ezequiel de Sousa Nascimento, e O Sr. Sr. Adair Antonio de Freitas Meira. Segundo a matéria de Veja

“Naquele domingo, Lupi, Rocha, Lago e Nascimento, todos do PDT, participaram de um ato político em Timon. Nos dois dias anteriores, percorreram sete municípios maranhenses em uma imensa agenda oficial, divulgada no site do Ministério do Trabalho, reservada ao lançamento de um programa de qualificação profissional no estado. Nos trajetos entre cidades, usaram o mesmo King Air e estiveram sempre acompanhados a bordo do convidado especial Adair Meira. Adair não é do PDT, mas tem relações intestinas com o partido. Ele comanda uma rede de ONGs que têm contratos milionários com o Ministério do Trabalho. Era, portanto, um interessado direto



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

no programa que estava sendo anunciado no Maranhão. Mais do que isso. Foi Adair quem "providenciou" o King Air que transportou o ministro e os pedetistas do governo pelo Maranhão, numa daquelas clássicas confraternizações entre interesses públicos e privados, cuja despesa acaba sempre pendurada na conta do contribuinte.

O ministro Carlos Lupi cumpriu uma agenda oficial, usando um avião privado, pago por um dono de ONG que tem negócios com o ministério. E, pior, um dono de ONG acusado de fraudar o próprio ministério. (...)

Para cumprir a agenda oficial do ministério, o ex-assessor de Lupi contou ter saído de Brasília rumo a São Luís já a bordo do King Air e já na companhia de Adair Meira. (...)

Conhecido pelo estilo centralizador, o ministro Carlos Lupi convoca secretários e diretores de departamento para discutir a lista de pedidos de assinatura de convênios e de liberação de recursos. Decide sozinho quem e como atender. Faz anotações nas relações apresentadas pelos subordinados. Chega a mudar o número de estudantes que serão atendidos em cidades distantes. Presidente licenciado, mas comandante de fato do PDT, ele está à frente da estratégia para beneficiar o partido por meio das decisões e da estrutura administrativa da pasta. São os próprios parceiros dele que fazem esse relato documentado. Chamado em Minas Gerais de "pai do ProJovem", numa referência a um dos programas tocados pelo ministério, o deputado Ademir Camilo conta que sempre tratou dos convênios diretamente com Lupi.

Logo, é imprescindível que esta Comissão promova a audiência do convidado acima mencionado de forma a buscar o esclarecimento dos fatos, franqueando-os uma oportunidade para que se ouçam os seus argumentos a respeito das notícias veiculadas, razão pela qual propugnamos pela aprovação do presente requerimento.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

Sala da Comissão, em de novembro de 2011.

DEPUTADO MENDONÇA FILHO
DEM/PE